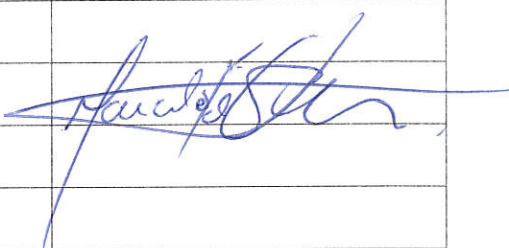
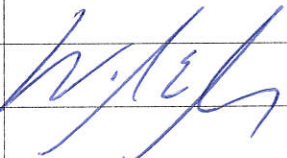
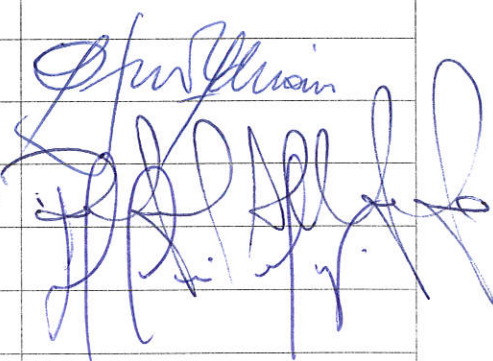




LISTA DE PRESENÇA DA 61ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DO CONSELHO MUNICIPAL DE  
GESTÃO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL - DIA 03/11/2015

PODER PÚBLICO

Secretaria Municipal de Urbanismo	Amarildo Madeira	
	Marcelo Fôes Scherer	
Secretaria Municipal de Des. Emprego e Renda	Hilda Nicolau	
	Osman Freire Rebello	
Secretaria Municipal de Habitação	Wilson Kalil Elias	
	Rodrigo Cesar Ceccon	
Secretaria Municipal da Fazenda	Antonio Manoel da Silva	
	Ademar Tomaz da Silva Filho	
Secretaria Municipal de Turismo	Aginaldo Hilton dos Santos	
	Maria Valdete Orci de Campos	
Secretaria Municipal de Segurança do Cidadão	Osmar Altair Adriano	
	Willian Giovani Gervasi	
Secretaria Municipal de Planejamento.	Rafael da Silveira S. Albuquerque	
	Daniel Moojen Lemos	
Fundação do Meio Ambiente de Itajaí	Rogéria Santos Gregório	
	Francisco Carlos do Nascimento	
Semasa	Sérgio Juk	
	Leonel Seara Neto	
Fundação Genésio Miranda Lins	Antonio Carlos Floriano	
	Denilson Roberto Baptista	



ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E DE BAIRROS

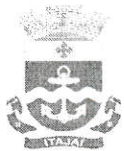
Associação Moradores Ressacada	Bras Manoel Cabral	
	Luciana Bianchi dos Santos	
Ass. dos Moradores do Km 12, Baía e Paciencia	Flavia Cristina Saita Sehn	
	Luiz de Áviz	
Associação Moradores São João	Sérgio Bento Furtado	
	Josemar Siemann	
Associação Moradores Santa Regina	Jones Rodrigues Junior	
	Persilvana S. Rodrigues Seemund	
Ass. Moradores Cordeiros - Votorantim	Ademar da Costa Junior	
	Silvia Janine Rodrigues da Costa	
Associação Moradores N. Senhora das Graças	Fernanda Thaise Lopes	
	Maria das Dores Silva	
Associação Moradores e Agricultores São Roque	Roberto Carlos Raimundo	
	Valmir Pereira Raupp	
APROBRAVA	Marco Antonio Fortunato Rosa	
	Alvaro Romero Gaya	

ENTIDADES SINDICAIS DOS TRABALHADORES

Sindicato Empregados no Comércio	Paulo Roberto Ladwig	
	Marcelo Jorge dos Santos Teixeira	
Sind. Trabalhadores nas Ind. Metalurgicas	Marcelo Cavichioli	
	Aurélio Cardoso	

ENTIDADE EMPRESARIAIS

SINDUSCON	Eduardo Luis Agostine da Silva	
	Orlando Henrique F. dos Santos	
ACII	Jeane de Amorim Busana Bianchi	
	Leonardo Ferreira Santos	



MUNICÍPIO DE  
**ITAJAÍ**

**SMU**  
SECRETARIA  
MUNICIPAL DE  
URBANISMO

CONSELHO MUNICIPAL DE GESTÃO E  
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

cmgdt@itajai.sc.gov.br

INTERSINDICAL	Flavio Macedo Mussi	
	Marcello Alessandro Petrelli	
CRECI	Dinovan Aparecido Ferreira	
	Jeronimo Luis Rauber	

ENTIDADES PROFISSIONAIS

CAU	Homero Bruno Malburg	
	Rodrigo Kirck Rebelo	

ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAIS

UNIBRAVA	Giordano Zaguini Furtado	
	Claudia Regina S. P. Severo	

ENTIDADES ACADÊMICAS

IFES	José Daniel Tavares	
	Marco Aurélio Bittencourt	
UNIVALI	Patricia Trentin Colzani	
	Carolina Schmanech Mussi	

CONVIDADOS

NOME	ASSINATURA
Maurício Medeiros	
Luiza H. C. Silva 3344-7171	
ROSSANA F. GUARDO	

Gab. Ver. Anne Caroline Martin





**ATA DA 61ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DO CONSELHO MUNICIPAL DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL;**

**DATA:** 03 de novembro de 2015; **LOCAL:** Sala de Reuniões da Secretaria de Comunicações da Prefeitura Municipal de Itajaí – Rua Alberto Werner, nº 100, Vila Operária, Itajaí-SC; **HORA INICIADA:** 18 horas e 45 minutos; **I - PRESENCAS:** **PODER PÚBLICO:** Secretaria Municipal de Urbanismo = Amarildo Madeira e Marcelo Fôes Scherer; Secretaria Municipal de Habitação = Wilson Kalil Elias; Secretaria Municipal de Segurança do Cidadão = Osmar Altair Adriano; Secretaria Municipal de Planejamento = Rafael da S.S. Albuquerque e Daniel Moojen Lemos;

**ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E DE BAIROS:** Associação Moradores Km 12, Baía e Paciência = Flávia Cristina S. Sehn; Associação Moradores Bairro São João = Josemar Siemann; **ENTIDADE EMPRESARIAIS:** SINDUSCON = Eduardo L. Agostine da Silva e Orlando Henrique Santos; ACII = Leonardo Ferreira Santos; INTERSINDICAL = Marcelo Alessandro Petrelli; **ENTIDADES PROFISSIONAIS:** = CAU = Homero Bruno Malburg; **ENTIDADES ACADEMICAS:** UNIVALI = Patricia Trentin Colzani e Carolina Schmanech Mussi; **II – ASSUNTOS TRATADOS E DELIBERAÇÕES DA REUNIÃO. ITEM 1. Abertura e Informes da Presidência:** O Presidente abriu os trabalhos, discorreu sobre o andamento da Reunião informando que havia quórum regimental para o seu início. **ITEM 2. Aprovação da pauta:** O Presidente propôs a discussão do EIV, e com o concordância de todos, a pauta foi aprovada com o debate e votação dos seguintes assuntos: a) EIV; b) Eleição do Novo Conselho; c) Assuntos Gerais; **ITEM 3. Debate e votação da Ata da reunião anterior:** Não houve debate. **ITEM 4 - Apresentação, debate e votação dos assuntos em pauta:** O Presidente apresentou a Arquiteta Rossana F. Sclaro que compõe a equipe de Secretaria e que está elaborando uma nova minuta do EIV. Informou que o SINDUSCON apresentou um trabalho de EIV e EIPGV que está sendo aproveitado pela Comissão e que nesta reunião será apresentado o trabalho final que resultou das análises da minuta do SINDUSCON e da Comissão. Disse que para conseguirmos aprovar o EIV e EIPGV será necessário fazermos reuniões toda terça-feira neste horário. Colocou a assunto em discussão e foi aprovado por unanimidade. O primeiro assunto da Pauta : ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA. Após apresentação da Arq. Rossana e debate capítulos e seus artigos, foi aprovado os Capítulos I, II e III, do artigo 1º ao 6º com a seguinte redação: **CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES - Art. 1.º** *Art. 1º Esta Lei regulamenta o Estudo de Impacto de Vizinhaça – EIV, de que trata o § 2º, do art. 138, da Lei Complementar nº 94, de 22 de dezembro de 2006 – Plano Diretor.* **Art. 2.º** *O Estudo de Impacto de Vizinhaça – EIV é o conjunto dos estudos e informações técnicas que objetivam identificar e avaliar a repercussão e o impacto na implantação e ampliação de empreendimentos ou atividades, públicas ou privadas, que possam interferir: I - na qualidade de vida da população residente ou usuária; II - no ambiente natural ou construído; III – no patrimônio cultural e histórico; IV – na*





capacidade de atendimento da infraestrutura básica e sócio econômica; V - nas atividades humanas instaladas; VI - na circulação e movimentação de pessoas, mercadorias, trânsito e transporte que possam prejudicar a acessibilidade e as condições de segurança de pedestres; VII - nos padrões funcionais e urbanísticos da vizinhança; VIII - nos recursos naturais e meio ambiente. **Art. 3º** Para avaliação dos impactos negativos ou positivos deverão ser analisadas as condições locais, antes e depois da implantação do empreendimento ou atividade, levando-se em consideração, no mínimo, os seguintes indicadores: I - adensamento populacional; II - equipamentos urbanos e comunitários existentes e/ou necessários; III - valorização imobiliária; IV - geração de tráfego e demanda por transporte público; V - ventilação e iluminação; VI - potencialidade de concentração de atividades similares na área; VII - potencial indução de desenvolvimento e o caráter estruturante no município; VIII - impactos sobre a habitação e atividades dos moradores e dos usuários da área de intervenção; IX - impactos no sistema de saneamento ambiental, abastecimento de água, energia elétrica e comunicação. X - paisagem urbana e patrimônio natural e cultural; XI - impactos visuais e luminosos; XII - poluição sonora, odorífera, atmosférica e hídrica; XIII - ventilação e iluminação das construções existentes sob a influência do empreendimento ou atividade a ser implantada. **CAPÍTULO**

**II - DAS DEFINIÇÕES - Art. 4.º** Para efeito desta lei complementar ficam adotadas as seguintes definições: I - IMPACTO DE VIZINHANÇA: a significativa repercussão ou interferência no sistema viário e na infraestrutura urbana ou rural, de natureza ambiental, social e/ou econômica, causadas por um empreendimento e/ou atividade, em decorrência de sua implantação ou obra ou de seu uso ou porte, que provoque modificações positivas e/ou negativas às condições de qualidade de vida da população vizinha e/ou ambiente urbano ou rural; II - ESTUDO PRÉVIO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA - EPIV: análise preliminar da área a ser estudada, de acordo com o Termo de Referência para elaboração do EIV; III - RELATÓRIO DO ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA - REIV: documento que se caracteriza por conter informações minuciosas que reflete o resultado do EIV; IV - ÁREA DE VIZINHANÇA OU DE INFLUÊNCIA: considerada como os limites geográficos da área a ser direta ou indiretamente afetada pelos impactos advindos do empreendimento ou atividade, que pode ser dividido em: a) área de vizinhança ou de influência direta: aquela que poderá sofrer impactos diretos do empreendimento, principalmente os relacionados ao aumento da emissão de gases, ruídos e alteração do cotidiano local; b) área de vizinhança ou de influência indireta: aquela que possa sofrer impactos indiretos do empreendimento. V - POPULAÇÃO RESIDENTE: pessoas que residem na vizinhança ou entorno do empreendimento e/ou atividade; VI - POPULAÇÃO USUÁRIA: pessoas que fazem uso daquela vizinhança ou entorno do empreendimento e/ou atividade para trabalho, compras, lazer, estudo ou deslocamento; VII - MEDIDAS COMPENSATÓRIAS: são aquelas destinadas a compensar impactos irreversíveis que não possam ser evitados; VIII - MEDIDAS





*MITIGADORAS: aquelas destinadas a prevenir, reduzir ou evitar impactos adversos do empreendimento sobre sua área de influência; IX – USO MISTO – edificação que comporta mais de um uso ou atividade. X – REQUERENTE: pessoa física ou jurídica responsável técnico pelo projeto ou obra a ser implantada ou proprietário e/ou empreendedor; XI – TERMO DE COMPROMISSO: é o documento em que o empreendedor se compromete em arcar com a execução das medidas mitigadoras e/ou compensatórias determinadas no REIV aprovado pela CTAEIV e pelo CMGDT; XII – CMGDT: Conselho Municipal de Gestão e Desenvolvimento Territorial. XIII – CTAEIV – Comissão Técnica de Análise de EIV. XIV – CPAEIV - Comissão Prévia de Análise de EIV.*

**CAPÍTULO III – DO ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA (EIV)**

**Art. 5º** O EIV será sempre exigido: I – na implantação de empreendimentos e/ou atividades que tenham as características determinadas no Anexo I; II - na ampliação: a) de empreendimentos que na implantação elaboraram o EIV, desde que esta ampliação represente 30% ou mais da obra originalmente aprovada; b) de empreendimentos que na implantação não tenham elaborado o EIV, mas que com a ampliação enquadrem-se nos requisitos determinados no Anexo I. III – na mudança de atividade de edificações existentes que atinjam as características determinadas no Anexo I.

**Art. 6º** O Poder Executivo, baseado no Relatório do Estudo de Impacto de Vizinhança – REIV e no Parecer da CTAEIV poderá negar autorização para a execução do empreendimento ou funcionamento da atividade e exigir do empreendedor, às suas expensas, medidas preventivas, mitigatórias e/ou compensatórias que possam garantir a minimização ou compensação dos impactos a serem gerados, como condição para sua aprovação, determinando: I – alterações ou complementações no projeto; II – melhorias e/ou ampliações na rede de infraestrutura urbana; III - área de terreno ou área edificada para instalação de equipamentos comunitários, em percentual compatível com o necessário para o atendimento da demanda a ser gerada pelo empreendimento, preferencialmente em suas áreas adjacentes ; IV – ampliação e/ou adequação do sistema viário e do sistema de transporte público; V – proteção acústica, uso de filtros e outros procedimentos que minimizem incômodos causados na vizinhança pelo empreendimento ou atividade, ou execução; VI – manutenção de imóveis, fachadas ou outros elementos arquitetônicos dos patrimônios naturais, históricos ou culturais, bem como recuperação da área degradadas; VII - cotas de emprego e cursos de capacitação profissional, entre outros programas de inclusão social e geração de emprego e renda; VIII - implantação de habitação de interesse social;

§ 1º. As medidas preventivas visam antecipar o impacto transitório durante a implantação do empreendimento. § 2º. As medidas mitigatórias e/ou compensatórias a serem exigidas do empreendedor devem ser proporcionais ao porte e ao impacto gerado pelo empreendimento ou atividade. § 3º. As medidas compensatórias serão exigidas sempre que não for possível a eliminação, parcial ou integral dos impactos negativos. § 4º Cada impacto negativo identificado estará vinculado a, pelo menos, uma medida mitigadora ou compensatória. § 5º



*Planos e programas governamentais, propostos e em implantação, na área de influência do empreendimento deverão ser considerados e compatibilizados.* A seguir foi debatido o segundo assunto da pauta: A ELEIÇÃO DO NOVO CONSELHO; Ficou designada a data de 02 de dezembro para a eleição do novo Conselho que será através de uma Audiência Pública. Após o Presidente informou que a Igreja Evangélica Jesus Cristo para o Mundo, processo 462106/2015, entregou os documentos solicitados e solicitou que Conselheiro Homero elabore um parecer para análise do Conselho. **ITEM 5. Apresentação de propostas de Pauta para a próxima Reunião:** Ficou deliberado que haverá continuidade dos debates sobre EIV e EIPGV, que está agendada para o dia 10 de novembro de 2015, às 18h30. **ITEM 6. Manifestações Gerais:** Não houve manifestação. **ITEM 7. Encerramento:** Às 19h50 o Presidente do Conselho, Sr. Amarildo Madeira encerrou a reunião, determinando a elaboração da presente Ata que foi lavrada por Osmar Altair Adriano, Secretário do Conselho Municipal de Gestão e Desenvolvimento Territorial.